



INSTITUI A CÂMARA  
TÉCNICA DE ENFRENTAMENTO À  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE  
RIBEIRÃO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O Vereador Lêimisson Leonardo Cravo da Silva, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, apresenta para apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão, o presente projeto de Lei.

**Art. 1º**

Fica instituída a Câmara Técnica de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, instância consultiva, deliberativa e propositiva, com a finalidade de:

- I – Articular ações intersetoriais de prevenção e combate à violência contra a mulher;
- II – Propor políticas públicas municipais específicas sobre o tema;
- III – Acompanhar, avaliar e monitorar a execução de políticas, programas e projetos destinados ao enfrentamento da violência de gênero;
- IV – Promover a integração entre órgãos públicos, entidades da sociedade civil e comunidade.

—

**Art. 2º**

A Câmara Técnica terá as seguintes competências:

- I – Realizar estudos e diagnósticos sobre a violência contra a mulher no âmbito municipal;
- II – Organizar fóruns, audiências públicas e encontros temáticos;
- III – Formular recomendações e diretrizes para políticas municipais;
- IV – Receber demandas, sugestões e denúncias encaminhadas pela sociedade civil, órgãos públicos e entidades representativas;
- V – Articular campanhas educativas e de conscientização.

—





**Art. 3º**

A Câmara Técnica será composta por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

- I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Secretaria Municipal de Segurança Pública ou órgão equivalente;
- V – Câmara Municipal de Vereadores (2 representantes);
- VI – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- VII – Delegacia Especializada ou Delegacia local, se houver;
- VIII – Ministério Público Estadual, mediante convite;
- IX – Defensoria Pública Estadual, mediante convite;
- X – Organizações da sociedade civil com atuação comprovada na defesa dos direitos das mulheres (mínimo de 2 e máximo de 4 representantes).

—

**§1º**

Cada órgão ou entidade indicará 1 (um) titular e 1 (um) suplente, designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

**§2º**

A participação na Câmara Técnica será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração.

—

**Art. 4º**

A Câmara Técnica reunir-se-á:

- I – Ordinariamente, a cada dois meses;
- II – Extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Coordenador ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

—

**Art. 5º**

A estrutura de apoio administrativo e operacional da Câmara Técnica será provida pela Secretaria Municipal da Mulher ou outro órgão designado pelo Poder Executivo.





---

**Art. 6º**

O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, estabelecendo:

- I – Procedimentos de indicação e nomeação dos membros;
- II – Organização interna e funcionamento;
- III – Forma de apresentação e tramitação de propostas, relatórios e recomendações.

---

**Art. 7º**

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

---

**Art. 8º**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta visa fortalecer a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil organizada no enfrentamento à violência contra a mulher, criando um espaço permanente de diálogo, acompanhamento e proposição de políticas públicas. O caráter técnico e consultivo da Câmara permitirá integrar esforços, promover ações preventivas e ampliar a rede municipal de proteção, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ribeirão-PE, em 05 Agosto de 2025.

Lêimisson Leonardo Cravo da Silva  
Vereador

